

BATALHA NAVAL DO RIACHUELO, PONTO DE INFLEXÃO NA ESTRUTURAÇÃO DAS FRONTEIRAS NA BACIA PLATINA*

OSEAS TRAJANO DE BARCELLOS**
Capitão-Tenente (AFN)

FLÁVIA MIGUEL DE SOUZA***
Historiadora

SUMÁRIO

Introdução
A Guerra do Paraguai
Considerações finais

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XIX, ocorreu na Bacia do Prata o mais sangrento conflito armado da América do Sul, denominado de Guerra do Paraguai, Guerra da Tríplice Aliança ou Grande Guerra. Este trabalho tem o propósito de

apresentar a importância da vitória da Marinha Imperial brasileira na Batalha Naval do Riachuelo e os diversos conflitos de interesses na região platina que concorreram para a deflagração da guerra, focando nos três países originados pelo movimento de emancipação do Vice-Reino do Rio da Prata envolvidos diretamente na guerra:

* Título original do artigo: "Batalha Naval do Riachuelo, um ponto de inflexão na estruturação das fronteiras dos países da Bacia Platina durante a Guerra do Paraguai".

** Graduado em História-Licenciatura pela Universidade Estácio de Sá. Desempenha a função de coordenador de Segurança do Ministério da Defesa.

*** Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999), graduação em licenciatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001) e mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003). É professora da Universidade Estácio de Sá.

Paraguai, Argentina e Uruguai. Apesar de a Bolívia fazer parte desse extinto vice-reino, não participou da guerra, motivo pelo qual não será citada neste trabalho como aliada do Império do Brasil, que, junto com a Argentina e o Uruguai formou a Tríplice Aliança para se defender das agressões e invasões provenientes do ditador paraguaio Solano López.

Essa guerra, que marcou as relações políticas, territoriais e econômicas entre quatro países da América do Sul, teve relevância histórica principalmente entre os países que buscavam delimitar seu território.

Os sistemas políticos existentes nesses países à época, eram, em sua maioria, repúblicas fragilizadas comandadas por facções políticas rivais, que utilizavam a anexação de territórios e a negação da livre navegação nos rios como forma de impor seu poder político e econômico, o que provocava as constantes guerras civis e os conflitos entre os países vizinhos.

O Paraguai, que teve sua independência proclamada em 14 de maio de 1811, foi governado até a guerra por ditaduras sucessivas, sendo as mais expressivas a de José Gaspar Rodríguez de Francia, a de Carlos Antônio López e a de seu filho Francisco Solano López. Os dois primeiros governantes mantiveram o Paraguai isolado dos demais países da Bacia Platina, o terceiro vislumbrou a necessidade de uma abertura internacional para alavancar o crescimento econômico e social do país e, para isso, percebeu ser fundamental uma saída para o mar.

Outro país platino envolvido no conflito foi a Argentina, que teve sua independência declarada em 9 de julho de 1816, após anos de longos conflitos iniciados com a Revolução de 25 de maio de 1810, a qual depôs o vice-rei do Rio da Prata, Baltasar Hidalgo de Cisneros,

e instaurou uma guerra civil entre os federalistas do interior, que exigiam autonomia provincial, e os unitaristas de Buenos Aires, que defendiam um governo forte centralizado, com uma economia primário-exportadora que privilegiava os interesses dos portenhos.

O Uruguai teve sua independência proclamada em 1825 pelo líder político Juan Antonio Lavalleja, que expulsou os brasileiros de seu país com a ajuda de tropas argentinas. Durante os anos de 1839 e 1851, passou por uma guerra civil, ocasionada pelas diferenças ideológicas entre os liberais, comerciantes de Montevideu pertencentes ao Partido Colorado, liderados por Frutuoso Rivera e apoiados pelo Império brasileiro e os conservadores, integrantes do Partido Blanco, formado por estancieiros do interior, liderados por Manuel Oribe e apoiado pela Argentina de Juan Manuel Rosas, formando a aliança Oribe e Rosas.

Por fim, temos o Brasil, que teve sua independência proclamada em 7 de setembro de 1822 pelo imperador Dom Pedro I e foi sucedido no trono por seu filho Dom Pedro II. No entanto, entre essa sucessão houve um período regencial, que durou até a declaração da maior idade. Para manter a integridade territorial após a independência, o Império foi obrigado a enfrentar várias revoltas internas contra as províncias fiéis à coroa portuguesa e, para isso, teve que fortalecer a Marinha Imperial.

Durante o Segundo Reinado existiram duas classes dominantes: os monárquicos, representados pelo Partido Liberal, e os escravocratas, representados pelo Partido Conservador. Foi também nesse período que o Império usou a diplomacia e a força militar para resolver as questões platinas e formar a última fronteira brasileira.

A Guerra do Paraguai foi observada pela historiografia tradicional brasileira

menosprezando a importância devida aos países aliados, principalmente os esforços argentinos, e caracterizou Francisco Solano Lopes como um ditador tirano e irresponsável, que se aproveitou da bravura dos soldados de um país agrícola.

Para Doratioto (2002, p. 18)

Ficou claro que, desde o final da guerra, em 1870, a historiografia tradicional brasileira reduziu a importância do aliado argentino para a vitória sobre Solano López e minimizou, quando não esqueceu, importantes críticas à atuação de chefes militares brasileiros no conflito. Em compensação, ficou evidente que Francisco Solano López era um ditador quase caricato de um país agrícola atrasado, autor de erros militares que custaram a vida de milhares de seus valentes soldados, mas que foram motivo de suspeito silêncio de seus admiradores futuros, os revisionistas históricos. Nas últimas décadas do século XX, a história da guerra foi “retrabalhada” pelo revisionismo populista, ao se criar o mito de Solano López grande chefe militar e, absurdamente, líder anti-imperialista. Ao mesmo tempo, desqualificavam-se a atuação dos Exércitos aliados, a resistência e o sacrifício demonstrado por seus homens, lutando durante anos longe de seus países.

Os revisionistas, na sua maioria formada por intelectuais nacionalistas de esquerda da região platina, fizeram uma releitura do conflito a partir de um populismo, trataram Solano López como um grande chefe militar e um líder anti-imperialista e, ao mesmo tempo, desqualificaram a atuação dos exércitos aliados. “Foi, porém, a partir de fins dos anos 1963 que intelectuais nacionalistas e

de esquerda do Rio da Prata promoveram Solano López a líder anti-imperialista” (Doratioto 2002, p. 19)

Seja qual for a linha de pensamento, todos concordam que a Guerra do Paraguai estava inserida no processo de formação das fronteiras nacionais dos países platinos, as quais foram definidas definitivamente após o fim desse conflito bélico que teve seu rumo transformado após a vitória aliada na Batalha Naval do Riachuelo, pois, depois dela, os países aliados passaram a retomar os territórios invadidos pelo Paraguai e a controlar a navegação hidroviária na Bacia do Prata, vencendo, consequentemente, a Grande Guerra.

A GUERRA DO PARAGUAI

A Guerra do Paraguai está inserida no processo de formação dos países da bacia platina, região de grandes divergências de interesses políticos e econômicos associadas diretamente aos países envolvidos no conflito. As tensões geradas durante esse processo, principalmente as relacionadas com as definições das fronteiras e da liberdade de navegação dos rios platinos, nem sempre foram solucionadas pela via diplomática. Assim, as nações que faziam parte daquela bacia recorreram às forças militares para defender seus interesses, eclodindo na Guerra do Paraguai, cujos países vencedores, Brasil, Argentina e Uruguai, integrantes da Tríplice Aliança, impuseram a sua vontade geopolítica na região ao Paraguai, país agressor no conflito.

Será feito adiante um panorama geral entre as ligações conjunturais políticas dos quatro países envolvidos e, separadamente, as questões geopolíticas, econômicas e militares dos países abrangidos pelo conflito, iniciando pelo Paraguai, depois pelos componentes da Tríplice Aliança. Por fim, serão expostos os acontecimentos

da Guerra do Paraguai até a vitória dos Aliados na Batalha Naval do Riachuelo, a qual foi um ponto de inflexão na guerra, pois, até esse momento, o Paraguai saíra vencedor, e a partir dele houve uma gradativa retomada de territórios, com triunfo dos países aliados em várias batalhas até o fim da guerra, que culminou com a morte de Solano López na Batalha de Cerro Corá, em março de 1870, e a vitória dos países aliados.

Conjuntura política da Região Platina antes da Guerra do Paraguai

Durante os anos que antecederam a guerra, o Paraguai foi governado por sucessivas ditaduras que procuravam manter uma política de isolamento internacional. Esse modo de administrar o país durou até a assunção presidencial de Francisco Solano López, que, sucedendo o pai, deu continuidade à ditadura lopista, passando a governar de forma absolutista, tirana e imperialista.

Solano López pretendia formar o Grande Paraguai com uma saída para o Oceano Atlântico, abrangendo as regiões argentinas de Corrientes e de Entre Ríos, o Uruguai, as regiões brasileiras do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso e o próprio território.

A Argentina até tinha pretensões de reunificar as províncias que compunham o Vice-Reino do Rio da Prata, anexando o Uruguai e o Paraguai à esfera de influência de Buenos Aires, porém, após a Batalha de Pavón, ocorrida em 1861, vencida pelos unitaristas, a Argentina unificou-se, centralizando o poder em Buenos Aires e, com a assunção presidencial de Bartolomeu Mitre, passou a respeitar a soberania do Uruguai. Os argentinos dividiam-se em duas facções políticas rivais: os unitaristas, partidários

políticos do presidente Mitre, defensores de um poder central forte, que favoreciam os comerciantes portenhos, e a oposição, composta pelos federalistas apoiadores da autonomia provincial, que beneficiavam especialmente os fazendeiros.

No Uruguai, dois partidos contrapunham-se ideologicamente: o Blanco, que representava os direitos dos pecuaristas e dos proprietários rurais, liderado por Manuel Oribe; e o Colorado, cujo líder era José Flutuoso Rivera, defensor dos interesses dos comerciantes de Montevideú e simpatizantes das ideias liberais. Esse país procurava aliar-se às facções políticas da Argentina, ao ditador paraguaio e ao imperador, no sentido de proteger os interesses regionais que garantisse sua independência.

No Brasil, governado pelo imperador Dom Pedro II, havia dois tipos de militantes partidários distintos: os conservadores, que defendiam um governo imperial forte e centralizado; e os liberais, que lutavam por uma descentralização, concedendo certa autonomia às províncias. Ambos os grupos eram formados pelas elites agrárias nacionais dominantes, por isso só divergiam ideologicamente quanto à forma de governar, ficando as execuções políticas praticamente iguais. O imperador procurava manter a hegemonia regional por meio da diplomacia ou da força militar.

A conjuntura política na Região Platina apresentava forte instabilidade, devido aos conflitos de interesses. Solano López, um presidente imperialista, pretendia conseguir uma saída para o Oceano Atlântico e formar o Grande Paraguai, usando a força militar. O imperador brasileiro procurava manter a hegemonia na região e a livre navegação nos rios; para tanto, fazia acordos com facções políticas da região que comungavam com sua ideologia de independência das nações da Bacia do

Prata. Procurava colocar empecilhos à reunificação das nações do Vice-Reino da Prata sob a liderança da Argentina; para isso, empregava sempre em primeira instância a via diplomática e, quando essa não obtinha sucesso, intervia militarmente na região. No Uruguai, blancos e colorados rivalizavam-se ideologicamente, procurando apoio político e militar externo no Brasil, na Argentina ou no Paraguai para atender a seus interesses internos. As facções políticas rivais, unitarista e federalistas da Argentina e blancos e colorados do Uruguai, por meio de seus líderes faziam associações entre si e procuravam apoio político e militar, ora com o ditador Solano López, ora com o Imperador D Pedro II. Para garantir seus interesses partidários nacionais e para atender aos da nação aliada regionalmente, essas coligações ultrapassavam fronteiras nacionais, fazendo crescer a instabilidade regional.

Paraguai – Geopolítica, Economia e Força Militar

Em 1811 o Paraguai tornou-se independente do Vice-Reino do Prata, derrotando as forças militares enviadas pela capital, Buenos Aires, sob o comando de Manuel Belgrano. A partir do ano de 1814, o Paraguai, apesar de ser um país democrático, passou a ser governado por ditadores; nesse ano assume José Gaspar Rodríguez de Francia, que ficou na presidência até 1840. Durante seu mandato iniciou uma política de isolamento internacional, subtraindo os poderes da elite oligárquica e da Igreja; assim, aumentou os poderes do Estado com apoio dos pequenos proprietários rurais. Implementou um aparelho estatal com funcionários nascido no território da recente república e, dessa forma, fez surgir um sentimento de nacionalismo.

No final da primeira metade do século XIX, houve uma gradativa abertura nas transações comerciais, retirando restrições e aumentando o comércio exterior e, conseqüentemente, as relações internacionais.

O governo de Carlos Antonio López, iniciado em 1844, tinha como propósito ampliar o reconhecimento da independência do Paraguai internacionalmente. Para isso, foram assinados alguns acordos com as cidades limítrofes, entre eles alguns Tratados de Amizade, Comércio e Navegação, pelos quais outorgou-se a liberdade de comércio, assegurando a livre navegação nos rios da Bacia do Prata, e outros de limites, por meio dos quais definiam-se algumas fronteiras, utilizando os rios da Bacia do Prata como marco delimitador. Esses acordos eram muito frágeis, devido aos conflitos de interesses comerciais na região.

O reconhecimento da independência do Paraguai por outros países fez surgir um crescente comércio exterior com nações europeias – Grã-Bretanha e França – e com os Estados Unidos da América. Entretanto, existia uma severa intervenção estatal na economia, que era um inconveniente para o livre comércio, mas fazia aumentar as receitas do Estado.

Parte significativa dessas receitas fiscais eram destinadas à compra de armamento e à preparação militar do país, outra parte destinava-se às obras de infraestrutura e a um pequeno processo industrial, com a criação de uma fundição de ferro, de um arsenal e de um estaleiro para a montagem de navios a vapor ou para a construção de embarcações menores, isso tudo com transferência de tecnologia e sob severa supervisão estatal. Esse processo de industrialização contou com a contratação de técnicos e de profissionais europeus, a maioria ingleses.

Em 1862 assumiu a Presidência do Paraguai Francisco Solano López, filho

de Carlos Antonio López, que deu continuidade à política econômica nacionalista e à ditadura lopista; no entanto, passou a intervir na livre navegação da Bacia do Prata, mudando drasticamente a política fluvial assegurada por governos anteriores, e aproximou-se politicamente, no Uruguai, do Partido Blanco, aumentando a instabilidade regional e desagradando os governos da Argentina e do Brasil.

Temeroso com os planos argentinos de reunificar o Vice-Reino do Rio da Prata e impelido pelo sonho imperialista expansionista de formar o Grande Paraguai, Solano López mandou construir fábricas de armamentos e pólvora, impulsionando a indústria bélica. Ergueu fortalezas, importou navios, reapareceu a Marinha e instituiu o serviço militar obrigatório, pelo qual organizou um exército profissional.

No ano da guerra, o Paraguai contava com um efetivo no Exército de aproximadamente 77 mil homens para uma população de 400 mil habitantes. Sua Marinha era composta de uma esquadra com 32 navios, incluindo os que foram apresados do Brasil e da Argentina. Desses, 24 eram navios de propulsão mista a vapor e vela e oito eram navios exclusivamente a vela, sendo o único navio de guerra o *Taquari* – todos eram adequados para navegar nos rios.

Anos antes da guerra, os paraguaios desenvolveram secretamente, com tecnologia nacional, um tipo de chata, que era uma embarcação de pequeno porte e fundo chato, armada com canhão de seis polegadas de calibre. Por não terem qualquer tipo de propulsão, essas chatas eram rebocadas pelos navios para os locais das batalhas.

Argentina – Geopolítica, Economia e Força Militar

Em 1810 foi instaurada a Junta de Buenos Aires, embrião do Estado argentino,

que teve sua independência declarada em 1813 em decorrência dos movimentos emancipatórios das províncias do Vice-Reino do Rio da Prata. A partir de então apareceram duas facções partidárias: os unitaristas e os federalistas, que tinham ideias divergentes quanto às relações políticas e comerciais do Estado. Isso gerou intensos conflitos regionais e guerras civis na Argentina.

Os unitaristas ambicionavam um poder central forte sob o comando de Buenos Aires, favorecendo os comerciantes portenhos, e os federalistas defendiam a autonomia das províncias, beneficiando especialmente a oligarquia fazendeira do interior. Tal divisão política interna impedia a formação de uma nação forte que pudesse rivalizar na América do Sul.

Em 1816 foi realizado o Congresso de Tucumán, pelo meio do qual estabeleceu-se a independência total em relação à Espanha e que fez surgir um regime republicano com o poder centralizado em Buenos Aires. Compareceram ao congresso representantes das diversas províncias argentinas, exceto das províncias de Entre Rios, Santa Fé e Corrientes, que, conseqüentemente, não reconheceram a centralização da autoridade na província portenha. Decorrente disso, Buenos Aires, governada por Juan Manoel de Rosas, político de cunho nacionalista, começou a realizar campanhas militares contra os índios do Rio Colorado para ampliar as fronteiras internas da Argentina. Dessa forma, submeteu várias províncias argentinas ao seu governo, exceto Corrientes e Entre Rios.

Rosas impôs a nacionalização das águas dos rios da bacia platina quando estes passavam em território argentino; garantiu a segurança da navegação nos rios Uruguai e Paraná, fortalecendo a política de controle e proteção dessas hidroviárias e de seus vários portos, e, assim, fomentou

a economia do interior argentino. Passou a pressionar as províncias rebeladas de Corrientes e Entre Rios, pois tinha a pretensão de reconstruir o antigo Vice-Reino do Rio da Prata, incorporando o Paraguai e o Uruguai, tendo como ponto forte e estratégico o porto de Buenos Aires. Tal atitude era vista com desconfiança pelo Brasil, pois este temia ter que rivalizar a hegemonia na região com a Argentina, bem como pelo Paraguai e Uruguai, que temiam uma anexação territorial à força.

Após anos de guerra civil, ocorreu em 1861 a Batalha de Pavón, em que o Exército de Buenos Aires, comandado por Bartolomeu Mitre, venceu o Exército Nacional, comandado por Justo José Urquiza, incorporando Buenos Aires como membro dominante da Confederação Argentina, unificando definitivamente o Estado argentino.

Em 1862 Bartolomeu Mitre assumiu a Presidência da Argentina, centralizando definitivamente o país, procurou manter uma política de livre navegação na Bacia Platina e passou a respeitar a independência do Uruguai, o que o aproximou do imperador e dos colorados uruguaios. No início da guerra, a Argentina unificada contava com um Exército Nacional pouco expressivo, com um efetivo de aproximadamente 6 mil homens para uma população de 1,730 milhão de habitantes. Por esse motivo, houve a necessidade de mobilização de soldados para compor as forças militares, sendo necessário recorrer às guardas nacionais locais, as quais serviam às lideranças provinciais regionais. Tais lideranças não se empenhavam em alistar soldados e sabotavam a convocação.

Outro ponto que atrapalhava era um grande sentimento regionalista, em oposição a um nacionalismo ainda pouco difundido entre os argentinos, fato este

que os aproximava mais do Paraguai que do Brasil. Devido a isso, houve enormes deserções nas tropas que foram enviadas para a guerra pela Argentina, como a ocorrida em julho de 1865, em que um quarto do exército de Entre Rios, comandado por Urquiza, desertou do acampamento de Basualdo, pois seus soldados se recusavam a lutar contra os paraguaios e muitos alistaram-se no exército de Solano López para lutar contra a tropa aliada, aderindo à causa paraguaia.

Uruguai – Geopolítica, Economia e Força Militar

Inserido no contexto das emancipações provinciais do Vice-Reino do Rio da Prata, em 25 de agosto de 1825 o líder político Juan Antonio Lavalleja, com auxílio de tropas argentinas, expulsou os brasileiros do Uruguai e declarou a independência do país, que só foi reconhecida oficialmente em 1828, pela Convenção Preliminar de Paz, tratado mediado pelo Reino Unido, que estabeleceu a criação de um Estado no Prata com nome de República Oriental do Uruguai e garantiu a livre navegação nos rios platinos, pondo fim à Guerra da Cisplatina entre Argentina e o Império do Brasil, que almejavam submeter aquela região aos seus domínios.

Após o conturbado processo emancipatório emergem duas classes políticas com ideias opostas: os colorados, liderados por José Fluctuoso Rivera, liberais e próximos aos unitaristas argentinos, representavam os comerciantes de Montevidéu e contavam com a simpatia do Brasil; e os blancos, liderados por Manuel Caferino Oribe y Viana, conservadores e próximos aos federalistas argentinos, representando os pecuaristas do interior. As ideologias divergentes desses partidos levaram o Uruguai a uma guerra civil, denominada

de Guerra Grande, entre os anos de 1839 e 1851, com interferência externa do Brasil, da Argentina e do Paraguai, os quais queriam trazer o Uruguai para sua esfera de influência.

Ao longo do século XIX, a política externa uruguaia esteve condicionada às dinâmicas do sistema internacional platino. Em 1839, depois da renúncia do blanco Manuel Oribe, assume a Presidência do Uruguai o colorado Fructuoso Rivera. Naquele mesmo ano, Oribe inicia um sítio de quase nove anos ao porto de Montevidéu, com apoio militar e financeiro de Juan Manuel Rosas, governador da província de Buenos Aires. A aliança formada entre Oribe e Rosas motivou a interferência imperial no Uruguai, dando origem à Guerra do Prata, também conhecida como Guerra contra Oribe e Rosas.

A aliança entre os blancos uruguaios partidários de Oribe e os federais argentinos partidários de Rosas ameaça os objetivos geopolíticos do Brasil na região do Prata. Então, para conter o imperialismo dos federais argentinos, Dom Pedro II, depois de fracassadas as tentativas diplomáticas, faz alianças com as províncias rebeldes de Corrientes, governada por Urquiza, e de Entre Rios, governada por Virasoro, e envia, em 1851, para a região uma força militar comandada por Duque de Caxias com as seguintes ordens: defender os limites do Brasil com o Uruguai, manter a independência do Uruguai e do Paraguai, reativar a livre navegação no Rio da Prata, fechada desde 1842 por Rosas, e proteger as propriedades de brasileiros na fronteira com Uruguai e dos perseguidos no Uruguai por Oribe. A Guerra do Prata termina em fevereiro de 1852 com a vitória, na Batalha de Monte Caseros, da aliança formada por Brasil, Uruguai e as províncias rebeldes de Corrientes e Entre Rios sobre a Confederação Argentina, con-

firmando a hegemonia regional brasileira e depondo Juan Manuel Rosas.

O blanco Bernardo Prudencio Berro assumiu a Presidência do Uruguai em março de 1860, exercendo uma política para eliminar a influência do Brasil e da Argentina nos assuntos internos do país. Por isso, em 1861 não renovou o Tratado de Comércio e Navegação firmado no fim da Guerra do Prata, eliminou os privilégios comerciais do Império e da Argentina e aproximou-se de Solano López.

As relações políticas entre Brasil e Uruguai, que já estavam abaladas com as políticas de Bernardo Berro, pioraram a partir de 1864 com a chegada à Presidência do também blanco Atanasio Cruz Aguirre, que comete arbitrariedades contra estancieiros brasileiros que vivem no Uruguai. Essa situação ficou insustentável para os interesses imperiais na região. Assim, Dom Pedro II encaminha, junto com uma missão diplomática, um protesto exigindo reparações. Aguirre prometeu cumprir as exigências em seis dias, porém não as cumpriu; por isso, o Imperador empregou as tropas comandadas por João Propício Mena Barreto e uma frota comandada por Joaquim Marques Lisboa, o Almirante Tamandaré, enviada para a região com intuito de defender os interesses imperiais.

Fracassadas por mais uma vez as tentativas diplomáticas, iniciou-se mais um confronto armado na região, colocando de um lado soldados brasileiros reunidos aos insurretos uruguaios, sob o comando de Venâncio Flores, e de outro a facção dos blancos comandada por Aguirre, que pediu apoio ao Paraguai em virtude de um acordo que havia entre eles, porém Solano López não mandou esse apoio.

Durante os combates ocorridos no final de 1864, as tropas comandadas pelo colorado Venâncio Flores venceram as batalhas de Salto e de Paissandu e a frota Imperial

bloqueou o porto de Montevidéu. Após as derrotas, Aguirre refugia-se em Buenos Aires e os colorados voltam ao poder no Uruguai com a assunção presidencial de Venâncio Flores, aliado de Dom Pedro II.

Meses antes da Guerra do Paraguai, o Uruguai contava com um efetivo pequeno no Exército, aproximadamente 3.200 homens para uma população de 250 mil. O Uruguai sempre orbitou na esfera de influência dos outros países platinos e do Império e sempre foi objeto de domínio deles, por isso, para sua defesa fazia acordos com facções políticas dessas nações que estavam no poder para ter apoio bélico.

Brasil – Geopolítica, Economia e Força Militar

O Brasil, que teve sua independência proclamada em 1822, dando início ao período imperial, no qual combateu várias revoltas internas separatistas, interviu militarmente nos países vizinhos para manter a hegemonia territorial e enfrentou três guerras internacionais: a Guerra da Cisplatina, pela posse desta província; a Guerra do Prata, para depor Atanasio Cruz Aguirre; e a Guerra do Paraguai, para garantir o direito internacional de livre navegação na Bacia do Prata e para consolidar sua fronteira no Sul e no Centro-Oeste.

A extensão continental do território brasileiro em formação obrigava o Império a ter mobilidade para enfrentar os conflitos que ocorreram no litoral de norte a sul do país. Diante disso, o imperador procurava investir em uma Marinha forte para transportar rapidamente tropas por todo o território, garantindo a unidade nacional.

A partir de 1840, com a antecipação da maioria de Dom Pedro II, inicia-se o período do Segundo Reinado, e com ele a força de dois partidos políticos: o Conservador, que defendia um regime forte,

com autoridade concentrada na monarquia e pouca liberdade para as províncias; e o Liberal, que defendia o fortalecimento do parlamento e maior autonomia para as províncias. Liberais e conservadores pertenciam à mesma classe social, escravistas proprietárias de bens, porém os liberais defendiam um processo lento e gradual que levaria à Abolição.

Os conflitos internos separatistas foram todos debelados antes do início da segunda metade do século XIX, permitindo a estruturação de uma fronteira sólida na parte Norte, Nordeste e Sudeste do Império. Restava, porém, a consolidação da fronteira no Sul e no Centro-Oeste do País. Isso envolvia a região platina e os conflitos de interesses das nações oriundas do Vice-Reino do Rio da Prata.

A geografia da bacia do Rio da Prata é formada pelas bacias de três grandes rios que nascem no Brasil: do Rio Paraná, do Rio Paraguai e do Rio Uruguai, que adentram no território paraguaio, uruguaio e argentino. Assim, a livre navegação desses rios, defendida pelo Imperador, era de vital importância para a geopolítica nacional, pois era o meio mais rápido e eficaz de ligação com interior brasileiro, visto que a comunicação terrestre era perigosa e precária.

Por ser uma região importante para o comércio internacional dos países da Bacia Platina, a livre navegação pelo estuário do Rio da Prata era fundamental para a economia regional. No entanto, o domínio e o controle dessa região sempre foram objetivo de Solano López, que queira formar o Grande Paraguai; da Argentina, que pretendia reunificar o Vice-Reino do Rio da Prata; e do Brasil, que anexou a Província Cisplatina, atual Uruguai, entre os anos de 1817 e 1828. Esse período marca o final do domínio português e o início do Primeiro Reinado, durante o Brasil Império.

No período do Segundo Reinado, a política do Imperador Dom Pedro II foi notadamente a de manutenção da independência uruguaia, pois era contra a reunificação do Vice-Reino da Prata sob a hegemonia argentina, contra a política imperialista de Solano López de fundar o Grande Paraguai e a favor da livre navegação na região, pois os três rios que formam a Bacia do Prata nasciam em solo brasileiro. Tal fato comprova-se nas atitudes tomadas nos dois conflitos que ocorreram na Bacia Platina entre o início do Segundo Reinado e a Guerra do Paraguai, com a interferência brasileira.

O primeiro conflito foi na Guerra do Prata ou Guerra contra Oribe e Rosas, na qual o imperador deu ordens expressas a sua força militar para garantir a independência do Uruguai e do Paraguai e manter os limites do Império naquela região. O segundo foi quando enviou uma frota imperial para bloquear o porto de Montevideú com uma tropa, exigindo o cumprimento do acordo de livre navegação revogado pelo Presidente Aguirre. Após a vitória neste conflito, foi colocado na Presidência Venâncio Flores, aliado do Império, que passou a honrar o compromisso firmado.

O Brasil independente manteve a estrutura política herdada de Portugal, com um serviço diplomático competente que lhe permitia atuar de maneira organizada e estratégica no seu entorno. Anos antes da Guerra do Paraguai, a Marinha Imperial era composta de 45 navios armados. Destes, 33 eram navios de propulsão mista, a vela e a vapor e 12 dependiam exclusivamente do vento. Os navios brasileiros eram adequados para operar no mar e não nos rios, pois havia grande possibilidade de encalhar. Muitos estavam armados com canhões raiados de carregamento pela culatra e todos tinham casco de madeira.

O Exército era composto de aproximadamente 18 mil homens para uma população de 9,1 milhões de habitantes. Este número era suficiente para conter as revoltas internas e para manter a hegemonia na região, mas não para enfrentar uma guerra regional contra um oponente com exército profissional. Com intuito de fortalecer o efetivo, o governo convocou, por meio de decreto, aproximadamente 14.800 guardas nacionais distribuídas entre as províncias, porém houve resistências a essa convocação, gerando um grande número de substituições de pessoas, por ser esta prática regulamentada por lei.

Este decreto não supriu a necessidade de combatentes na guerra, sendo necessária a organização de um grande efetivo para enfrentar um oponente organizado militarmente. Então, o imperador criou por decreto o Corpo de Voluntários da Pátria, oferecendo vantagens aos homens de 18 a 50 anos que se apresentassem voluntariamente para combater no Paraguai. Assim, apareceram soldados dispostos a lutar pela pátria em troca de melhor condição econômica. Porém esses voluntários diminuíram cada vez mais, e, com o elevado número de mortes, o governo passou a fazer um recrutamento coercitivo.

Evolução do início da guerra até a Batalha Naval do Riachuelo

No ano de 1864, o Paraguai, governado pelo ditador imperialista Solano López, ainda queria formar o Grande Paraguai. A Argentina, presidida pelo unitarista Bartolomeu Mitre, desistira de reunificar as províncias do Vice-Reino do Rio da Prata sob a tutela de Buenos Aires, e o Uruguai, presidido pelo branco Atanásio Aguirre, que foi deposto e substituído pelo colorado Venâncio

Flores, teve sua soberania garantida pelo Brasil e pela Argentina. O Império, governado por Dom Pedro II, pretendia a livre navegação nos rios da Bacia do Prata, a inviolabilidade de seu território e a garantia da independência do Uruguai.

Solano López, aliado do blanco Atanásio Aguirre, percebeu que a interferência imperial no Uruguai atrapalharia seu plano de formar o Grande Paraguai; por esse motivo, antes de ela ocorrer, alertou o imperador que não aceitaria pacificamente qualquer ação militar em solo uruguaio. No entanto, nesse mesmo ano, após mandar uma missão diplomática ao Uruguai, que fracassou, para exigir a livre navegação nos rios da Bacia do Prata, o imperador interfere em solo uruguaio com uma frota naval para boquear o porto de Montevideú e usa tropas para depor o Presidente Aguirre. Com o intuito de manter a independência política do Uruguai, coloca no poder um aliado colorado, Venâncio Flores.

Em represália à ação bélica imperial, a qual considerou atentatória ao equilíbrio de forças na região platina, Solano López, em novembro de 1864, manda a canhoneira paraguaia *Taquari* aprisionar o navio mercante de bandeira brasileira *Marquês de Olinda* quando navegava pelo Rio Paraguai em direção à província de Mato Grosso, transportando seu novo Presidente, Coronel Carneiro de Campos, acompanhado de alguns oficiais.

Dando continuidade às ações represálias ofensivas, em dezembro de 1864, uma esquadra paraguaia com 4.200 homens, cinco barcos a vapor e outros menores, ataca a província de Mato Grosso. Essas forças paraguaias anularam as defesas, ocuparam militarmente a província e apoderaram-se de farta quantidade de munições e armamentos pesados que foram usados no decorrer da guerra pelos paraguaios contra as tropas aliadas.

Dominado o Sul mato-grossense, o próximo alvo de Solano López eram as forças militares brasileiras que estavam no Uruguai para garantir a livre navegação na Bacia Platina. Assim, pediu permissão para passar com tropas pelo território de Misiones, na Argentina, o que foi negado pelo Presidente Mitre para manter a neutralidade no conflito. Por isso, tornou-se o próximo alvo do tirano paraguaio, que declarou guerra à Argentina em março de 1865.

Após a declaração de guerra, Solano López determina a invasão da província de Corrientes por: cinco vapores, os quais atacaram o porto e incorporaram dois navios argentinos, o *Gualeguay* e o *25 de Maio*, à esquadra paraguaia; e 3 mil soldados que ocupam a província argentina. Com a intenção de ter a província de Corrientes como aliada, a força invasora elege entre os cidadãos correntinos uma Junta de Governo composta por opositores a Mitre e ao imperador. Por não contar com apoio popular, essa junta não obteve êxito nos propósitos do ditador.

No intuito de alcançar o Uruguai, as tropas paraguaias invadiram os territórios brasileiro e argentino; por isso, em maio de 1865 foi assinado o Tratado da Tríplice Aliança entre o Império e as repúblicas argentina e uruguaia para se defenderem e contra-atacar o Paraguai. Por um ato contínuo, foi formado um Conselho de Guerra composto pelos generais Bartolomeu Mitre, Justo José Urquiza, Venâncio Flores e Manuel Luís Osório e pelo Contra-Almirante Tamandaré, os quais definiram que o propósito era levar a guerra ao solo paraguaio, centralizando as operações na fortaleza de Humaitá, utilizando como via de acesso o Rio Paraná.

Ao iniciar a estratégia definida pelo Conselho de Guerra de retomar as regiões argentinas e brasileiras invadidas por

Solano López, o Paraguai estava com a sua máxima extensão territorial conquistada durante o conflito. O contra-ataque cessou a expansão imperialista do ditador.

A figura 1 é o recorte da região platina e demonstra toda a extensão territorial invadida por Solano López. Estavam sob seu domínio a província brasileira de Mato Grosso, contemplando as localidades de Corumbá, Albuquerque, Forte Coimbra, Coxim, Miranda, Nioaque, Laguna, Dourados, Cerro Corá, Assunção, Itororó, Avai, Humaitá, Riachuelo, Corrientes, Jataí, São Borja, Itaqui, Uruguiana, Porto Alegre, Montevidéu e Buenos Aires;

a parte oeste da província do Rio Grande do Sul, englobando as localidades de São Borja, Itaqui e Uruguiana; e a porção leste da Argentina, onde localizava-se a província de Corrientes, a região de Misiones e o encontro dos rios Paraná e Paraguai, local em que ocorreu a Batalha Naval do Riachuelo. A figura mostra também que, após o final da guerra, as fronteiras dos países foram definidas utilizando como marco delimitador o curso natural dos rios.

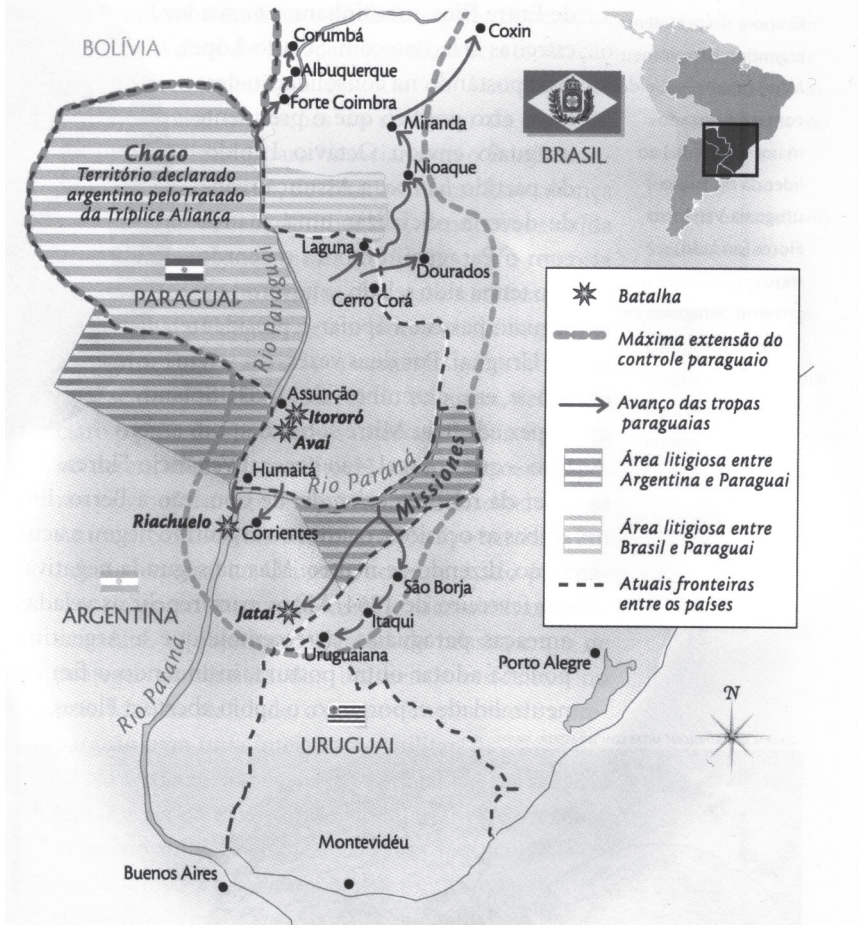


Figura 1 – Mapa da máxima extensão territorial do Paraguai durante a guerra
 Fonte: <http://maishumanas.blogspot.com/2013/01/guerra-do-paraguai-resumao-segundo.html>

Batalha Naval do Riachuelo, uma inflexão na guerra

O Conselho de Guerra da Tríplice Aliança havia decidido contra-atacar Solano López para reconquistar o território invadido e levar a guerra para o solo paraguaio. Assim observou-se a necessidade de bloquear a comunicação fluvial entre o Paraguai e o mar; para tanto foi enviada uma Força Naval brasileira para o Rio Paraná objetivando efetuar o bloqueio. Solano López percebeu que isso afetaria suas ações ofensivas, então decidiu enviar uma força naval para atacar de surpresa os navios brasileiros que estavam fundeados próximos à cidade argentina de Corrientes.

A Batalha Naval do Riachuelo aconteceu no dia 11 de junho de 1865 às margens do Riachuelo, um afluente do Rio Paraguai, na província de Corrientes, na Argentina. O conflito foi travado no meio fluvial que tem espaços reduzidos e conta com a existência de bancos de areia, o que tornou as manobras difíceis, exigindo daqueles que desconheciam a região maior agilidade e capacidade de decisão.

Em uma das margens do rio estava a Esquadra paraguaia, sob o comando de Pedro Ignacio Meza, que dispunha de oito navios, entre eles sete mercantes improvisados para a guerra. Eram eles: *Paraguay*, *Igurey*, *Iporá*, *Salto*, *Pirabebé*, *Jujuy* e *Marquês de Olinda*, dos quais seis rebocavam as chatas armadas com canhão de seis polegadas de calibre, e também o único navio de guerra, o *Tacuary*. Na outra margem encontrava-se a Força Naval Imperial, comandada pelo Almirante Francisco Manuel Barroso da Silva, composta de nove navios, sendo eles: a Fragata *Amazonas* e os vapores *Jequitinhonha*, *Beberiberi*, *Belmonte*, *Parnaíba*, *Mearim*, *Araguaí*, *Iguatemi* e *Ipiranga*.

Com a intenção de surpreender a Força Naval brasileira e evitar o combate direto, pois sabia de sua inferioridade combativa nas águas, o ditador deu ordens ao comandante da Esquadra paraguaia para chegar ao local do combate no crepúsculo matutino do dia 11 de junho, capturar os navios brasileiros e levá-los para a fortaleza de Humaitá. O objetivo era atacar os navios brasileiros ainda fundeados, sem dar aos tripulantes tempo de acender as caldeiras e de se armar para o combate. Porém a demora na partida e a parada para sanar uma pane na hélice do vapor *Iberá*, atrasaram a chegada da esquadra paraguaia ao local da batalha, prejudicando o fator surpresa que seria favorável a Pedro Meza.

Perdido o efeito surpresa, a frota paraguaia foi vista aproximadamente às 9 horas da manhã, quando foi dado o alarme. Prontamente as caldeiras foram acesas às 9h25, e as 10h50 a esquadra brasileira começou a movimentar-se para o combate, sendo que os primeiros navios a fazerem isso foram o *Belmonte* e o *Jequitinhonha*.

Nesse mesmo instante, o Almirante Barroso emite por bandeira o sinal: “O Brasil espera que cada um cumpra seu dever”. A coluna brasileira era puxada pela Corveta *Belmonte*, que passou sozinha pelo fogo concentrado do inimigo, pois o Almirante Barroso deteve a Fragata *Amazonas* para evitar uma possível fuga do inimigo. A Corveta *Belmonte* teve que procurar encalhe nas margens do rio para evitar o naufrágio, e a Corveta *Parnaíba* teve o leme partido e foi cercada por três navios paraguaios, tendo em seu convés os atos heroicos dos bravos Guarda-Marinha João Guilherme Greenhalgh e Imperial Marinheiro Marcílio Dias, que deram suas vidas para defender o navio imperial e a Bandeira Nacional.

No calor da batalha, houve a necessidade de reorganizar as forças. O Almirante

Barroso tomou, então, a dianteira com a Fragata *Amazonas* e avançou, sendo seguido pelos outros navios, e completou a passagem do Riachuelo sob intensos fogos dos canhões dos navios e da artilharia inimiga de terra. O saldo da batalha até aquele momento era negativo para o Império, as corvetas *Jequitinhonha* e *Belmonte* estavam encalhadas sob intenso fogo e a *Parnaíba* foi tomada pelo inimigo.

A desvantagem inicial do combate começou a ser revertida por volta das 12 horas, quando o Almirante Barroso buscou um ponto em que fosse possível fazer a manobra de retorno com seus seis navios para seguir em direção ao Riachuelo. A Fragata *Amazonas* era de fácil manobrabilidade, mas não tinha esporão, nem a proa era reforçada para ser empregada como aríete; mesmo assim, Barroso decidiu repentinamente abalroar os navios paraguaios. Apesar do improvisado, a tática deu certo e colocou quase metade da força paraguaia fora de ação. Aproveitando o êxito do combate, Barroso deu por bandeiras o sinal

“Sustentar o fogo que a vitória é nossa”, elevando o moral da tropa. Percebendo que haviam perdido a batalha e com seu comandante morto, os paraguaios bateram em retirada para a fortaleza de Humaitá com quatro navios avariados, os vapores *Taquari*, *Igurei*, *Pirabe* e *Ipor*, os quais não tiveram mais relevância durante a guerra.

Ao início do crepúsculo vespertino, a Marinha Imperial garantiu a primeira grande vitória dos Aliados na Guerra do Paraguai, pois, aniquilando a força naval oponente, passou a controlar os rios da Bacia do Prata. Dessa forma, bloqueou o fluxo logístico de guerra paraguaio por aquela bacia e, assim, impediu que os armamentos e os navios encouraçados que Solano López encomendara na Europa antes do início da Guerra da Tríplice Aliança passassem e permitiu que os Aliados usassem os rios livremente para transportar e abastecer suas tropas em combate.

No final da Batalha Naval do Riachuelo, houve baixas de ambos os lados, sendo que no derrotado foram 351 mortos e 567



Figura 2 – Mapa da evolução da Batalha Naval do Riachuelo

Fonte: <http://euahistoriaeaescola.blogspot.com/2015/10/>

feridos e quatro navios afundados, ficando sua Marinha totalmente inoperante, e no vencedor foram 104 mortos, 142 feridos, 20 desaparecidos e um navio afundado.

Embora a guerra tenha se prolongado até 1870, a vitória da Marinha Imperial na Batalha Naval do Riachuelo foi determinante para a reconquista das províncias invadidas e para o avanço dos aliados sobre o território inimigo, pois possibilitou aos países da Tríplice Aliança a adoção de postura ofensiva nos combates, acuando Solano López em seu próprio território e fazendo com que sua estratégia passasse a ser defensiva e de sucessivas retiradas até a sua morte.

A figura 2 é o recorte espacial do encontro das águas do Arroio Riachuelo com o Rio Paraná. A ilustração mostra o local do início da batalha, onde a Força Naval brasileira, comandada pelo Almirante Barroso, encontrava-se fundeada quando foi atacada pela esquadra paraguaia comandada pelo Capitão de Navio Pedro Ignacio Meza, e indica a localização dos canhões de terra do Exército paraguaio, que a Força Naval enfrentou para vencer a batalha. Retrata também a sequência cronológica dos combates desde de o início do deslocamento da Marinha paraguaia até vitória da Marinha Imperial brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formações dos países da Região Platina foram consequências dos conturbados processos emancipatórios das províncias que compunham o Vice-Reino do Rio da Prata, iniciados em 1810 por ocasião da formação da Junta de Buenos Aires. Decorrente disso, apareceram lideranças regionais e facções partidárias que rivalizavam o poder nas recentes repúblicas do Paraguai, da Argentina e do Uruguai. Além disso, havia o Império

brasileiro, que, por ter interesse na livre navegação da bacia platina, procurava manter a hegemonia regional. Devido aos conflitos de interesses nessa região quanto às fronteiras, à economia e à navegação nos rios, havia uma constante instabilidade política que levava a conflitos militares.

A principal característica da geografia regional era o estuário da Bacia do Rio da Prata, formada pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. As relações comerciais davam-se por meio de suas hidrovias, portanto controlar a navegação nesses rios era fundamental para o crescimento econômico do País e para a demonstração de poder regional.

O Rio Paraná, que nasce no Brasil e passa pelo Paraguai e pela Argentina, após o término da guerra passou a definir a fronteira entre o Paraguai e o Brasil, bem como entre o Paraguai e a Argentina. Com a extensão de aproximadamente 4.880 quilômetros, é o segundo maior rio da América do Sul.

O Rio Uruguai nasce no Brasil e passa pela Argentina e pelo Uruguai. Após o término da guerra, passou a estabelecer a fronteira entre a Argentina e o Brasil e entre a Argentina e o Uruguai, tendo aproximadamente 1.770 quilômetros de extensão.

O Rio Paraguai nasce no Brasil e passa por mais três países platinos: Paraguai, Argentina e Bolívia. Após o término da guerra passou a limitar a fronteira entre o Paraguai e o Brasil e entre o Paraguai e a Argentina. Ele é um importante afluente do Rio Paraná. Tem extensão de 2.620 quilômetros, aproximadamente.

Percebe-se, ao longo da explanação deste artigo, que a batalha aqui relatada foi de suma importância para a expansão fluvial brasileira no que diz respeito principalmente à livre navegação pela região do Prata. Para o Uruguai e a Argentina, foi a garantia da territorialidade, bem

como de maior fomento da economia por meio do transporte fluvial.

Faz-se necessário dizer que em uma guerra todos perdem, mas, para a época, esta era a única forma de deter os avanços imperialistas de um ditador tirano. Ainda hoje a História nos mostra que o comportamento humano ainda traz resquícios de tempos remotos, buscando resolver conflitos por meio da violência e da intimidação.

O Paraguai, país agressor e também perdedor no conflito aqui descrito, até os dias de hoje apresenta uma economia devastada e desorganizada, pautada em um comércio desregrado com um sistema de trabalhista frágil que não protege a população. Há indícios de que, após a guerra, nunca mais nenhum governo conseguiu reestabelecer a economia do País.

É importante ressaltar que, para o Brasil, a vitória da Marinha Imperial na Batalha Naval do Riachuelo, que levou à vitória dos países Aliados na Guerra do Paraguai, trouxe os benefícios necessários à época, porque nossos principais interesses eram a garantia da livre navegação na Bacia Platina para manter a comunicação com o Centro-Oeste brasileiro, a manutenção da integridade territorial e a defesa dos direitos dos cidadãos brasileiros que habitavam na região.

A Bacia do Prata é a segunda maior bacia hidrográfica da América do Sul e está entre as cinco maiores do mundo. Ela é compartilhada por cinco países: Brasil, parte em que se encontram as cabeceiras dos principais rios formadores da bacia; Argentina, área em se situa a foz do Rio da Prata; Paraguai, cuja território está inserido em sua totalidade dentro da área de drenagem da bacia; Bolívia e Uruguai.

Pode-se afirmar que, historicamente falando, a vitória na Guerra do Paraguai trouxe benefícios incalculáveis para o Brasil, pois se àquela época o interesse

brasileiro na Bacia Platina era a livre navegação, na atualidade nosso interesse é sinalizado na utilização racional dos recursos hídricos. Por essa razão, a diplomacia brasileira ainda segue a política externa do Império português, mantendo a livre navegação no Rio da Prata e impedindo a consolidação de uma potência capaz de ameaçar a segurança e os interesses do País na região.

Os interesses e conflitos resultantes da disputa pela liberdade de navegação na Bacia do Rio da Prata foram substituídos no século XX, pelo uso dos recursos hídricos, essencial para uma política que visa à produção de energia elétrica e ao crescimento econômico. O alto potencial hidrelétrico dos rios da região e a necessidade de impulsionar o desenvolvimento nacional fizeram com que os países convergissem suas atenções para o aproveitamento das águas, com a finalidade de impulsionar a industrialização.

Após os anos de disputas pelo controle da Bacia do Prata por meio da guerra, os países da região perceberam, a partir da década de 1960, que a cooperação para o uso compartilhado dos recursos dessa bacia é estrutura-base para o crescimento socioeconômico mútuo. Nesse sentido, a primeira aproximação dos países nesta direção ocorreu na reunião dos ministros das Relações Exteriores dos países da Bacia do Prata em fevereiro de 1967, em Buenos Aires, e a segunda ocorreu na reunião ordinária dos ministros das Relações Exteriores da Bacia do Prata, realizada em Santa Cruz de la Sierra, em maio de 1968.

Os eventos citados destacam-se por terem traçado os objetivos e as ações necessárias para fortalecer a cooperação entre os países, com a criação de um órgão intergovernamental regional, o Comitê Intergovernamental Coordenador da Bacia do Prata, que abriu caminho para a

assinatura do Tratado da Bacia do Prata que versa sobre o uso racional e equitativo da água, por meio da regularização dos cursos hídricos, da preservação da fauna e flora, do aperfeiçoamento dos transportes e da estruturação das redes de energia e de telecomunicações.

Como dito anteriormente, se à época da Batalha Naval do Riachuelo o interesse brasileiro era a livre navegação, hoje esse interesse é de sustento energético do País por meio da Usina de Itaipu, que tem grande relevância para o fornecimento de energia elétrica. A usina foi inaugurada em 1984, e, conforme acordado, cada parte ficaria com metade da energia

produzida. Todavia, o Paraguai utilizava somente cinco por cento de toda a produção hidroelétrica, o que o levou a vender o seu excedente ao Brasil; assim, 95 por cento de toda a energia produzida em Itaipu é consumida pelo Brasil.

Finalizando, pode-se afirmar que, historicamente, a Guerra do Paraguai, que teve seus rumos mudados a favor dos países componentes da Tríplice Aliança após a vitória da Marinha Imperial na Batalha Naval do Riachuelo, ainda hoje traz benefícios para o Brasil. Se não pelo fato da navegação em si, para a produção de energia hidrelétrica, pois esta é a principal fonte da energia consumida em território nacional.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<GUERRAS>; Guerra do Paraguai; Batalha Naval do Riachuelo;

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Euzébio José. *Memórias das Campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007.
- BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 2ª ed. São Paulo: Ensaio; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.
- BITTENCOURT, Luiz Edmundo Brígido. *A Marinha Imperial na Guerra do Paraguai não foi só Riachuelo: um breve relato sobre o épico da Guerra Naval*. Rio de Janeiro: Nossa Marinha, 2011.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *O conflito com o Paraguai*. São Paulo: Ática, 1996.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. "A Guerra do Paraguai". In *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro, Brasília: UnB, 1998.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. 10ª Ed. São Paulo, Edusp, 1995.
- FERREIRA, Marta. *Guerra do Paraguai: Resumão Segundo Reinado*. maishumanas.blogspot.com. 08/01/2013. Disponível em: <<http://maishumanas.blogspot.com/2013/01/guerra-do-paraguai-resumao-segundo.html>> Acessado em 11/10/2018.
- MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstrução histórica*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.
- PRADO MAIA, João do. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965.
- SOUZA, Rainer. *A Guerra do Paraguai: euaHistóriaeA Escola*. blogpost.com. 31/10/2015. Disponível em: <<http://euaHistoriaeA Escola.blogspot.com/2015/10/>>. Acessado em 11/10/2018.